

**HABEAS CORPUS Nº 468.239 - RJ (2018/0232465-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : ANDRÉ FURTADO LEAL  
**ADVOGADO** : ANDRÉ FURTADO LEAL - RJ103129  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : JULIO CESAR SOUZA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JULIO CESAR SOUZA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0035682-84.2018.8.19.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 8/8/2017 pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 157, § 2º, I, II e V, por três vezes, na forma do artigo 69, e art. 288, todos do Código Penal (roubo qualificado e associação criminosa), arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes); art. 12 da Lei n. 10.826/03 (posse ilegal de arma de fogo de uso permitido) e art. 244-B da Lei n. 8.069/90 (corrupção de menores). Posteriormente houve aditamento da denúncia para converter em latrocínio o crime de roubo circunstanciado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*Habeas Corpus. Alegação de constrangimento ilegal consubstanciado no cerceamento de defesa em razão do indeferimento de produção probatória, bem como pelo excesso de prazo, tendo em vista que o paciente está preso cautelarmente desde abril de 2015. Liminar indeferida. Parecer ministerial pela denegação da ordem. 1. O paciente foi denunciado pela prática, em tese, dos crimes tipificados no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal, artigo 157, § 2º incisos I, II e V, por três vezes, na forma do artigo 69, do Código Penal, artigo 33, caput, 35, caput e artigo 40, incisos IV e VI, todos da Lei nº 11.343/06, artigo 12, da Lei nº 10.826/03, e artigo 244-B, da Lei nº 8.069/1990. 2. Afasta-se a alegação de excesso de prazo, porquanto não se verifica qualquer inércia ou demora injustificada por parte dos órgãos do Estado. 3. Eventual demora no encerramento da instrução penal mostra-se dentro dos limites da razoabilidade, tendo em vista a pluralidade de acusados, a diversidade de crimes por eles, em tese,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*praticados, além da instrução probatória, o que contribuiu para mitigar a celeridade no andamento processual. 4. O magistrado a quo indeferiu o pedido da defesa consistente na oitiva de uma das testemunhas arroladas, entendendo a medida como desnecessária, além do que, seu deferimento retardaria o encerramento da instrução criminal. 5. Contudo, a fim de evitar futura alegação de nulidade por cerceamento de defesa, a ordem deve ser parcialmente concedida para determinar que seja realizada a oitiva da testemunha arrolada pela defesa, a médica que preencheu as informações pertinentes à remoção do cadáver, ou seja, a primeira médica que teve contato com a vítima após o óbito. 6. Ordem parcialmente concedida (fl. 23).*

No presente *mandamus*, alega excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de dois anos sem que a instrução tenha sido encerrada.

Sustenta, também, ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e invoca o princípio da presunção de inocência.

Busca, em sede liminar e no mérito, o relaxamento da prisão ou a concessão da liberdade provisória.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, é certo que a questão relativa à ausência dos requisitos previstos no art. 312 para decretação da prisão preventiva não foi submetida à análise do Tribunal de origem.

Dessa forma, inexistindo manifestação sobre os temas no aresto ora em análise, é inviável a análise direta por esta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

***RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.  
HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL E  
RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DO OFENDIDO.  
DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. POSTERIOR REVOGAÇÃO.  
SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.  
CONSTRIÇÃO CAUTELAR DECRETADA NA SENTENÇA.***

PROIBIÇÃO DO APELO EM LIBERDADE. ALEGAÇÕES DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR DATIVO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. GRAVIDADE EXCESSIVA. PERICULOSIDADE DO RECORRENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CUSTÓDIA JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

*1. As alegações de insuficiência de provas de autoria e de existência de nulidade por ausência de intimação pessoal do defensor dativo da pauta de julgamento do habeas corpus na origem não podem ser analisadas nesta Corte, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância.*

*2. Embora a preventiva tenha sido revogada em momento anterior, permitindo ao réu que por algum período respondesse ao feito em liberdade, não há ilegalidade na ordem de prisão decretada na sentença, negando-se o direito de o condenado recorrer em liberdade, quando demonstrado, com base em fatores concretos supervenientes, que a segregação se mostra necessária para acautelar o meio social.*

*3. Caso em que o recorrente foi condenado ao cumprimento da pena de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses de reclusão, pela prática de homicídio duplamente qualificado porque, motivado por desentendimento ocorrido em uma partida de sinuca e por ciúmes de sua mulher, atacou a vítima violentamente, desferindo golpes de madeira até levá-la à morte.*

*4. Ausente constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade efetiva do delito praticado e da periculosidade social dos envolvidos, bem demonstradas pelas circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos e pelos motivos que em tese os determinaram.*

*5. A fuga do distrito da culpa, comprovadamente demonstrada nos autos, é motivo que reforça a necessidade de manutenção da custódia preventiva, também como forma de garantir aplicação da lei penal.*

*6. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia, como ocorre in casu.*

*7. Recurso parcialmente conhecido e, na extensão, improvido (RHC 94.003/GO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 28/5/2018).*

Lado outro, quanto ao excesso de prazo para a formação da culpa, observo que o *habeas corpus*, nessa parte, encontra-se prejudicado.

Isso porque, em consulta ao andamento processual no endereço eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que na Ação Penal n. 0007882-77.2017.819.0045, de que aqui se cuida, em 25/7/2019, foi proferida sentença condenando o paciente como incurso no art. 157, § 3º, parte final; art. 157, § 2º, incisos I, II e V, ambos do Código Penal, e art. 244-B da Lei n. 8.069/90 (latrocínio, roubo qualificado e corrupção de menores), à pena de 31 anos e 9 meses de reclusão em regime inicial fechado.

Desse modo, o encerramento da instrução processual atrai ao caso a incidência da Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

*Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.*

Confirmam-se os seguintes precedentes, entre outros:

**HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO E ROUBO QUALIFICADO (LATROCÍNIO). PRISÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO JUDICIÁRIO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. FUNDAMENTOS DA PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA.**

**1. A teor da Súmula 52 desta Corte Superior, encerrada a instrução processual, afastada está a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, tanto mais se não há evidências de desídia do Judiciário na condução da ação penal, em vias de ser sentenciada.**

**2. Na hipótese, o Magistrado singular apresentou motivação apta a justificar a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta da ação criminosa e a reiteração de conduta delitiva pelo paciente - após a prática do furto da quantia de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) -, paciente e corréus voltaram ao local do crime para nova subtração, ao se depararem com a vítima, mataram-na a pauladas dentro de sua própria residência).**

**3. Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação se encontra fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.**

**4. Ordem denegada (HC 400.411/SE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 15/12/2017).**

# *Superior Tribunal de Justiça*

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO.  
PERDA DE OBJETO. INOCORRÊNCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE  
FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA.  
SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA  
GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE.  
REITERAÇÃO DELITIVA. EXCESSO DE PRAZO. SENTENÇA  
CONDENATÓRIA PROFERIDA. SÚMULA 52/STJ. HABEAS CORPUS  
NÃO CONHECIDO.

[...]

V - No caso o decreto cautelar está suficientemente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, mormente no que se refere à periculosidade do agente, bem como em razão de fundado receio de reiteração delitiva, uma vez que o paciente integraria uma quadrilha especializada na prática de furto e roubo de gado, com fortes indícios apontando para a existência contínua e reiterada do referido ilícito.

VI - Ademais, na hipótese, conforme informações constantes dos autos, verifica-se que foi proferida sentença condenatória, ficando superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do enunciado da Súmula nº 52/STJ.

Habeas corpus não conhecido (HC 302.159/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 3/11/2014).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator